

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

O ano de 2020 foi, ao mesmo tempo, complexo e de muitas conquistas para o Porto de Santos. Mesmo com os desafios impostos pelo enfrentamento de uma pandemia inédita e que afetou o comércio exterior, o Complexo Portuário de Santos obteve sucessivos recordes de movimentação. O volume operado saltou de 134,4 milhões para 146,6 milhões de toneladas, crescendo de 9,4%, algo que nem as melhores projeções no cenário pré-pandemia poderiam apontar.

Tendo por base as melhores práticas de governança e transparência, com foco em elevar o nível dos serviços prestados e a sustentabilidade econômica da Companhia, para mantê-la cada vez mais eficiente e lucrativa, aceleramos medidas indispensáveis para preparar a empresa para a máxima geração de valor no processo de desestatização.

A eficiência, austeridade e diligência são práticas cada vez mais presentes na atuação da SPA, e resultaram em importante crescimento de receitas e lucros, consolidando e incrementando o desempenho verificado em 2019.

Estabelecemos uma agenda voltada ao fortalecimento da relação Porto-Cidade com ações que buscam fomentar projetos sociais, turísticos, culturais e de mobilidade urbana. Dentre elas, destacamos: (i) a abertura do chamamento público para doação de estudos destinados à futura licitação para instalação de um terminal de passageiros na região do Valongão, empreendimento que induzirá a revitalização do antigo Centro Histórico de Santos; (ii) o lançamento da consulta pública para o novo contrato da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS) em substituição ao da Portofer, atual arrendatária da malha interna.

Dentre as realizações de 2020, destaque também que nasceu, oficialmente, a Autoridade Portuária de Santos S.A., em substituição à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Com isso, concluímos as ações de reposicionamento da marca, iniciadas com a adoção do nome Santos Port Authority, de modo a facilitar a necessária interlocução internacional e comunicar a mudança de missão, visão e valores realizada em 2019, em que a ética, a cultura de integridade e a transparência tornaram-se os pilares da nossa atuação.

Acreditamos que a chave do futuro da SPA reside nas pessoas que a integram e pelas quais somos imensamente gratos. Imbuídos do espírito de servir que nos move, reteremos a confiança para sempre cumprir nossa missão e gerar valor aos clientes, acionistas e sociedade.

Obs.: A íntegra do Relatório da Administração da SPA encontra-se disponível no endereço: http://www.portodesantos.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-aneais/

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (em milhares de reais)

Table with columns: ATIVO, Nota, 31/12/2020, 31/12/2019 Reapresentado, 01/01/2019, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, Nota, 31/12/2020, 31/12/2019 Reapresentado, 01/01/2019. Rows include Circulante, Não Circulante, Imobilizado, and TOTAL DO ATIVO/PASSIVO.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Table with columns: Nota, 31/12/2020, 31/12/2019 Reapresentado. Rows include Receita líquida, Lucro bruto, Outras receitas operacionais, Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, Resultado financeiro, Despesas financeiras, Lucro (prejuízo) operacional das operações continuadas, Resultado das operações descontinuadas, Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos, Imposto de renda e Contribuição Social, Diferido, Lucro (Prejuízo) do período, LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

Table with columns: CAPITAL SOCIAL, OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES, RESERVA RESERVA LEGAL, LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS, LUCROS (PREJUÍZOS) DE LUCROS, TOTAIS. Rows include SALDOS EM 31/12/2018, SALDOS EM 31/12/2019, SALDOS EM 31/12/2020.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Table with columns: 2020, 2019. Rows include Lucro (Prejuízo) do período, Ganhos (Perdas) atuariais com plano de pensão de benefício definido, Ganhos (Perdas) atuariais com plano de saúde, Ganhos (Perdas) atuariais - complementação de aposentadorias, Resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

Table with columns: 2020, 2019. Rows include Receitas (Despesas), Insumos adquiridos de terceiros, Valor adicionado bruto produzido pela entidade, Valor adicionado líquido produzido pela entidade, Valor adicionado recebido em transferência, Valor adicionado a distribuir, Distribuição do valor adicionado, Pessoal, Tributos, Remuneração de capitais de terceiros, Remuneração de capitais próprios.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2020 E 31/12/2019 (em milhares de reais)

Table with columns: 31/12/2020, 31/12/2019 Reapresentado. Rows include Fluxos de caixa originados de atividades operacionais, Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais, Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos, Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos, Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos, Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos, Aumento (redução) nas disponibilidades, Saldo inicial de caixa e equivalentes, Saldo final de caixa e equivalentes, Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. 2

PORTUS – O montante mencionado e considerado para fins de provisionamento, no processo impetrado pelo Portus - Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, tendo em vista a ausência de sentença de mérito até o momento, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras, como forma de reajustamento do seu déficit atuarial.

RODRIMAR - Processo sensível, tendo em vista a impossibilidade, neste momento, de mensurar o real valor devido, sendo certo que este vem sendo provisionado, como provável, no montante de R\$ 80 milhões, correspondentes à atualização da manifestação técnica anterior da SPA nos autos (ano de 2010) no âmbito da Justiça Estadual. Quanto ao mesmo processo, igualmente se verifica a alocação do montante de R\$ 361 milhões como provável, correspondentes à diferença atualizada do valor defendido pela empresa Rodrimar. Neste momento pendente decisão judicial crucial para o adequado estabelecimento dos valores em discussão, sendo certo que de um lado encontram-se esta SPA e a União Federal pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos que passaram ao largo da perícia anteriormente realizada (Justiça Estadual) e posteriormente anulada, enquanto que, por outro lado, encontra-se a empresa Rodrimar pleiteando a revalidação do citado laudo pericial, justificando, assim, a "quebra" de provisão sob dois critérios de classificação (provável e possível).

DRAGA – Processo movido pelo consórcio contra a União e a SPA, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro no ambiente do contrato administrativo Nº 18/2009 firmado a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP, em que a Codesp figurava apenas como interveniente-anuente. O objeto do contrato foi a dragagem por resultado nos acessos aquaviários no Porto de Santos, compreendendo a dragagem de aprofundamento e manutenção.

Processos judiciais: IPTU

As prefeituras municipais de Santos e Guarujá entendem que o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incide sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registrados no ativo imobilizado da SPA. Os julgamentos do Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) por meio da 1ª e 2ª Turmas reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela SPA, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472).

20. PROGRAMA INCENTIVADO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PIDV

A Diretoria Executiva, em 10 de dezembro de 2019, aprovou o programa incentivado de desligamento voluntário (PIDV). O período de adesões ocorreu entre 10/12/2019 a 21/04/2020 e se destinou aos empregados com 30 anos de serviço na empresa e idade superior a 55 anos cumulativamente, com os desligamentos previstos de 01/05/2020 a 31/12/2020. A implantação do programa está alinhada ao plano estratégico institucional da empresa buscando alcançar o equilíbrio econômico-financeiro.

Foram desligados no PIDV 209 (duzentos e nove) empregados, com um gasto total de R\$ 48.679.

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil. No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 25.708 (R\$ 25.708 em 31/12/2019), conforme composição abaixo:

	69/97	02/09	01/10	45/16	04/20	05/20	Total
Saldo 31/12/2018	19.980	140.021	175.635	2.050	-	-	337.686
Apropriações no período (5.101)	(8.751)	(10.977)	(878)	-	-	-	(25.708)
Saldo em 31/12/2019	14.879	131.270	164.658	1.171	-	-	311.978
Entrada	-	-	-	-	250.000	255.000	505.000
Apropriações no período (5.101)	(8.752)	(10.977)	(878)	-	-	-	(25.708)
Saldo em 31/12/2020	9.778	122.518	153.681	293	250.000	255.000	791.270
Apropriação em meses	300	300	300	60	300	300	
Meses faltantes	22	168	168	4	300	300	

22. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela SPA, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	842.445	791.715
Créditos da União no exercício	612	3.440
Encargos financeiros – Decreto 2673/98	23.022	47.289
Saldo final	866.079	842.444

Em 28/09/2020, foi publicado o Decreto 10.498 que autorizou a capitalização de créditos da União, no montante de R\$ 383.201, acrescidos de juros calculados pela variação da taxa Selic da data do repasse do crédito até a sua capitalização.

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O adicional de tarifa portuária - ATP incidente sobre as tabelas das tarifas portuárias foi criado pela Lei 7.700/1988, que foi revogada pela Lei 9.309/1996. O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

	31/12/2020	31/12/2019
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	8.463	12.200
Cauções	4.449	4.689
Emprestimos para funcionários	252	323
Pensões Judiciais	506	540
Contribuições Sociais e Sindicais	284	312
Diversos	976	263
Total	21.406	24.803
Circulante	21.406	24.803
Não Circulante	-	-

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 31 de dezembro de 2020 é representado por 136.827.367.225 ações ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,9999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,0000016%).

25. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PARA A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas tarifárias	31/12/2020	31/12/2019
- Utilização da infraestrutura portuária	671.173	526.606
- Utilização da infraestrutura terrestre	115.053	127.137
- Fornecimento de energia	43.136	45.193
- Outras receitas	12.369	12.886
Receitas de arrendamento - 25.1	436.525	398.799
- Imposto sobre serviços – ISS	(39.558)	(32.990)
- Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(7.765)	(8.135)
- Programa de integração social – PIS	(20.985)	(18.221)
- Contribuição financiamento seguridade social – Cofins	(96.659)	(83.928)
Total	1.113.289	967.347

As receitas tarifárias estão classificadas:

- Utilização da Infraestrutura aquaviária:
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e berços de atracação e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura Terrestre:
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao "condomínio" (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Serviços Gerais:
A empresa fornece água por meio de sistema próprio de captação e de tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertoga e de outros serviços complementares.

25.1 RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela empresa estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade do Governo. Todos os contratos, bem como, as demais informações estão disponíveis no site www.portodesantos.com.br. Os principais contratos são:

Arrendatários	Contrato	Data do término	Índice	2020	2019
Santos Brasil Participações S/A (*)	PRES/69.1997	28/11/2047	IGP-M	54.689	51.837
Terminal Exportador de Santos Ltda.	SEP/PR 001/2016	04/10/2041	IPCA	47.851	40.123
Brasil Terminal Portuário S/A	DIPRE-DINEG 08/2020	21/01/2027	IGP-M	28.732	32.658
Petrobras Transporte S/A	DIPRE-DIREM 04/2019	JUDICIALIZADO	IGP-M	28.104	20.992
Terminal Exportador do Guarujá (*)	DP-DC 01.2010	04/01/2035	IGP-M	32.035	30.195
Terminal de Veículos de Santos S/A (*)	DP-DC 02.2009	03/01/2035	IGP-M	20.041	19.227
Elevações Portuárias S/A	PRES/05.1996	06/03/2036	IGP-M	15.994	13.756
ADM do Brasil Ltda.	PRES/41.1997	11/08/2037	IGP-M	15.706	14.102
Cia Auxiliar de Armazéns Gerais	PRES/04.1996	06/03/2036	IGP-M	11.812	9.477
Terminal Exp. de Açúcar do Guarujá Ltda.	PRES/39.1996	06/07/2038	IGP-M	11.482	6.644
Terminal de Granéis do Guarujá S/A	01/97	22/08/2027	IGP-M	11.330	10.568
Hidroviros do Brasil Adm. Portuária	01/2020 - MINFRA	02/02/2045	IPCA	11.291	-
Ecoporto Santos S/A	PRES/28.98	11/06/2023	IGP-M	10.784	9.870
Fibra Terminal de Celulose Santos S/A	02/2016	21/09/2041	IPCA	9.841	8.758
T-Grão Cargo Terminal de Granéis S/A	PRES/31.98	22/06/2038	IGP-M	9.077	4.191
Demais contratos	-	-	-	117.756	126.401
Receita de arrendamentos	-	-	-	436.525	398.799

(*) inclusa a apropriação da receita diferida do downpayment.

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	155.838	163.598
Encargos sociais	45.106	48.467
Serviços de terceiros	98.900	73.602
Depreciação	44.218	45.720
Aluguéis	1.500	1.747
Provisão de Fornecedores	12.850	-
Utilidades e serviços, materiais	10.234	9.069
Total	368.646	342.203

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

(I) O valor referente ao item Pessoal, encargos do trabalho e benefícios foi impactado devido ao PIDV (vide nota explicativa nº 21). (II) Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas, porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e os outros membros não pertencentes à União. (III) Em conformidade com a Lei 14.047/2020 e o convênio SPA 01/2020, a Companhia é obrigada a ressarcir ao Órgão Gestor de Mão de Obra - Ogm o salário médio aos trabalhadores afastados devido à covid-19 que pertençam ao grupo de risco.

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	131.974	101.383
Encargos sociais	20.992	21.611
Serviços de Terceiros	11.009	18.954
Aluguéis	6.857	7.081
Utilidades, serviços e materiais	7.381	9.757
Impostos, taxas e contribuições	4.047	2.387
Demandas judiciais	75.181	56.400
Órgãos Colegiados	3.493	3.637
Ogm Ressarcimento Convênio SPA 01/2020	3.249	-
Provisão Fornecedores	20.667	-
Outras despesas	1.656	1.313
Total	286.506	222.723

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Reversão de provisão PEC	-	658
Reversão de provisão Trabalhista	25.227	-
Plano de Desligamento Incentivado - PIDV	2.772	-
Cessão do direito operacional F. Pagamento	878	878
Indenizações e Multas Contratuais	3.695	147
Venda de Materiais -Sucatas e Outros	6.599	919
Doações Recebidas	77	-
Diversas	590	87
Total	39.838	2.689

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão riscos cíveis e tributários	13.288	-
Provisão depósitos judiciais trabalhistas	23.213	94.314
Perdas de crédito esperadas	2.182	45.781
Multas	300	1.024
Plano de Desligamento Incentivado - PIDV	-	2.772
Custo do benefício definido – Portus – Ativo/Assistidos	36.363	56.649
Custo do benefício definido – Complementação de aposentadoria	3.223	55.318
Plano de Saúde	1.924	20.449
Perdas com Créditos - Decisão Judicial	13.927	-
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	469	-
Redução ao valor recuperável de ativos	14.621	-
Outras	400	591
Total	109.910	276.898

(II) Custo do benefício definido – Plano de Pensão é decorrente da contabilização do déficit atuarial com o Plano de Benefício Definido (PBD), efetuada em dezembro de 2019, conforme nota explicativa nº 18.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	26.270	7.383
Rendimentos de aplicações financeiras	25.897	25.204
Outras	629	517
Receitas Financeiras Totais	52.796	33.104
Despesas Financeiras		
Variação monetária	(25.435)	(6.438)
Juros pagos ou incorridos	(58.086)	(48.117)
Despesas Financeiras Totais	(83.521)	(54.555)
Resultado Financeiro Líquido	(30.725)	(21.451)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros e que não ultrapassar dez anos. Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões.

	31/12/2019	Ativo Diferido
Elementos		
Provisão Trabalhista	228.944	20.605
Provisão Cível	254.695	63.674
Perdas de crédito esperadas	70.509	17.627
Prejuízo Fiscal IRPJ	898.640	224.660
Base Negativa CSLL	895.507	-
Total Geral	2.348.295	363.197

	31/12/2020	Ativo Diferido
Elementos		
Provisão Trabalhista	203.716	50.929
Provisão Cível	66.996	24.119
Perdas de crédito esperadas	73.417	18.354
Prejuízo Fiscal IRPJ	750.349	187.587
Base Negativa CSLL	746.836	-
Provisão Fornecedores	33.517	8.379
Impairment	14.621	3.855
Total Geral	2.090.439	335.900

CONCILIAÇÃO DE TAXA

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Antes do Imposto de Renda	357.340	103.252
Alíquota oficial de Imposto de Renda e CSLL (34%)	(121.495)	(35.106)

	Imposto	Imposto
Adições e Exclussões Permanentes		
Contribuições e Doações / Incentivos Fiscais	(276)	(114)
Despesas com administração	(55)	(61)
Plano de Pensão	(24.238)	(24.935)
Benefícios pós-emprego	(1.758)	(23.617)
Lucro não tributado pelo adicional	24	24
Depreciação Amortização - Diferença IPC/BTNF	(114)	(120)
Ajuda de Custo, Auxílio de Moradia, Diárias	(58)	(248)
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	(160)	-
Indenizações	(16)	(7)
Outras adições	(9)	(2.080)

	31/12/2020	Ativo Diferido
Adições e Exclussões Temporárias		
Provisões diversas	(3.570)	(32.066)
Perdas de crédito esperadas	(3.845)	(13.946)
Provisão - PIDV	(14.962)	(942)
Reversão de Provisão - PIDV	15.905	-
Provisão Contas a Pagar	(11.396)	-
Reversão de Provisão - Perdas de crédito esperadas	3.103	224
Impairment de ativos	(4.971)	-
Total dos ajustes	(46.658)	(97.889)

Compensação de prejuízo fiscal IR - 25%	37.073	30.314
Compensação da base negativa da CSLL - 9%	13.380	10.949

REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	(168)	(183)	(183)
Contas a receber de clientes, líquidas	(394.198)	39.032	39.032
Estoque	(134)	69	69
Créditos tributários	43.303	41.315	41.315
Partes relacionadas	2.752	1.411	1.411
Depósitos judiciais	(2.975)	(15.915)	-
Imposto de Renda Diferido	32.631	-	-
Outros créditos	9.718	167.263	116.419
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores e Prestadores de Serviços	(32.634)	9.457	9.457
Salários, provisão férias e obrigações sociais	11.172	2.964	2.964
Impostos e Contribuições	(6.190)	1.566	1.566
Plano de Pensão	922.114	(158.851)	(48.155)
Obras efetuadas por arrendatários	(7.296)	11.770	11.770
Outras Obrigações	(159.525)	47.493	47.492
Receita Diferida	(505.000)	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	292.839	356.848	356.848
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
	4.747	(5.067)	(5.067)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
	612	3.440	3.440
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA			
	298.198	355.221	355.221

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Porto de Santos foi homologado pela Marinha do Brasil, em 23 de fevereiro de 2021, para receber navios de 366 metros, as maiores embarcações previstas para a Costa Leste da América do Sul (o limite anterior em Santos era de embarcações de até 340 metros). A SPA, em processo que envolveu também a Praticagem de São Paulo e a Universidade de São Paulo (USP), estudou e realizou simulações de manobrabilidade, interação hidrodinâmica e planos de amarração, comprovando a viabilidade de tráfego dessas embarcações no canal de navegação.

Essa autorização favorece significativamente as condições para o aumento da produtividade e ampliação da capacidade de movimentação, em especial, as cargas contêinerizadas, além de consolidar a vocação de Santos como hub port da América do Sul. Com quase 30% da corrente de comércio nacional, o complexo portuário santista já se prepara para maiores movimentações de contêineres, com as ampliações previstas dos terminais já existentes e o planejamento da destinação de outras duas áreas, alinhadas ao contexto de crescimento e desenvolvimento previstos no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos, aprovado no ano passado.

FERNANDO HENRIQUE PASSOS BIRAL

Diretor Presidente

MARCUS DOS SANTOS MINGONI

Diretor de Administração e Finanças

BRUNO STUPELLO

Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

EUGÊNIO CARVALHO

Superintendente Financeiro

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA

Diretor de Operações

AFRANIO DE PAIVA MOREIRA JUNIOR

Diretor de Infraestrutura

ANDERSON DE SOUZA MARQUES

Gerente de Contabilidade

CRC RJ102.095/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA
Santos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Déficit Atuarial

Conforme Nota Explicativa nº 17.1, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. O passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora SPA registrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 433.745 mil (R\$1.082.028 em 31/12/2019), as informações atuariais são de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. O valor de R\$ 953 mil em 31/12/2020 (1.784 mil em 31/12/2019) registrados como Plano de pensão – contribuição mensal, é relativo à contribuições mensais devidas ao PORTUS referente ao mês de dezembro de 2020. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Plano de Pensão

Conforme Nota Explicativa nº 17.2, a Patrocinadora SPA assumiu no ano de 2020 a responsabilidade de arcar com os valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, em 31 de dezembro o montante é de R\$ 487.416 mil. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821 mil e o saldo devedor de 80% (oitenta por cento) será liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Companhia participa de transações com empresas/entidades governamentais no valor de R\$ 50.252 mil (R\$52.359 mil em 31/12/2019), e por ocasião do encerramento do convênio com uma destas entidades, foi constituída uma provisão para perda no montante de R\$ 44.736 mil (R\$45.463 mil em 31/12/2019) resultando o montante dos saldos a receber pela SPA decorrentes de transações com partes relacionadas no valor de R\$ 5.953 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 7.294 mil em 31/12/2019). Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Benefícios pós-emprego

Conforme descrito na Notas Explicativas nº 17.3.1, 17.3.2 e 33, no ano de 2020 houve regularização da contabilização dos valores de benefícios pós-emprego (plano de saúde e complementação de aposentadoria) no montante de R\$ 75.767 mil.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela empresa, através do auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuário da Companhia, efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do resultado atuarial definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade partitória entre a patrocinadora e os participantes necessários. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações.

Redução ao valor recuperável de ativos – Teste de Impairment

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.1, cujo resultado apresentou perda na redução do valor recuperável no montante de R\$ 14.620 mil, reconhecido no resultado do exercício.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Avaliamos a definição pela Administração das Unidades Geradoras de Caixa, conforme os critérios estabelecidos na norma NBC TG 01 (R4) "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa (taxa de crescimento, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias

O ativo fiscal diferido da Companhia é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis e a compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 31 a provisão constituída em 31 de dezembro de 2020 é no montante de R\$ 456.509 mil (R\$ 493.666 mil em 31/12/2019).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos fatos contábeis que deram origem às diferenças temporárias, identificação da probabilidade de recuperação com lucros tributáveis, avaliação dos valores reconhecidos na Parte B do LALUR e registros contábeis realizados.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar o Ativo Fiscal Diferido são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Receitas Diferidas

Os contratos de arrendamentos firmados pela Companhia no ano de 2020 envolvem recebimento de pagamentos antecipados os quais são reconhecidos como Receitas Diferidas e são apropriados para o resultado mensalmente de forma linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil conforme descrito na Nota Explicativa nº 21. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de receitas diferidas é de R\$ 791.270 mil (R\$ 311.978 mil em 31/12/2019). Em 2020 foi reconhecida como receita no resultado do exercício o montante de R\$ 25.708 mil (R\$ 25.708 mil em 31/12/2019).

PARECER CONFIS Nº 001.2021

O **CONSELHO FISCAL** da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual referente ao exercício de 2020, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e:

CONSIDERANDO o Parecer da Auditoria independente Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, de 26.03.2021, o qual concluiu que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Autoridade Portuária de Santos S/A (SPA), em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil";

CONSIDERANDO a Manifestação COAUD/05.2021, de 27.03.2021, a qual concluiu que "todos os fatos relevantes dos quais tomou conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2020 e que estas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis nacionais e internacionais", manifestando-se "FAVORÁVEL à aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao Exercício 2020";

CONSIDERANDO os esclarecimentos realizados pela Diretoria de Administração e Finanças, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria da Autoridade Portuária de Santos S/A na 558ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Autoridade Portuária de Santos S/A, de 29.03.2021;

1. Opina favoravelmente às propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com as informações e documentos apresentados até a presente data.

Santos, 29 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Natália Resende Andrade Ávila
CONSELHEIRA

Roberto Rodrigues Lioila
CONSELHEIRO

